

O “estilo Vaticano” – dois casos

Jean Lauand¹

Resumo: Este estudo, notas de comunicação oral no “XIV Seminário Internacional Cemoroc: Filosofia e Educação - Religião e Cultura”, analisa dois casos do “estilo Vaticano”: a redação do Catecismo da Igreja Católica e o modo de lidar com as denúncias contra o Pe. Marcial Maciel, fundador dos Legionários de Cristo.

Palavras Chave: Vaticano. Cúria Romana. Catecismo. Pe. Marcial Maciel. Card. Ratzinger.

Abstract: This paper, originally a communication to the “XIV Seminário Internacional Cemoroc: Filosofia e Educação - Religião e Cultura”, examines the “Vatican style” in two affairs: the writing of the Catechism of the Catholic Church and how the Roman Curia dealt with accusations against Father Marcial Maciel, founder of the Legionaries of Christ.

Keywords: Vatican. Roman Curia. Catechism. Fr. Marcial Maciel. Card. Ratzinger.

A redação do Catecismo

O Pe. Raniero Cantalamessa, franciscano capuchinho, pregador da Casa Pontifícia desde 1980, na pregação da Sexta feira Santa de 2013 (sua primeira, a serviço do novo Papa), evocou a missão reformadora de São Francisco e o caráter deletério da excessiva burocracia: uma implícita mas dura referência às disfunções (ou mesmo escândalos que teriam motivado a renúncia de Bento XVI) da pesada máquina do Vaticano, a Cúria Romana. Não faltaram sequer referências a Kafka: o mensageiro que não consegue apreçoar a mensagem do rei morto e o castelo...

Temos de fazer todo o possível para que a Igreja nunca se pareça ao castelo complicado e assombroso descrito por Kafka, e para que a mensagem possa sair dela tão livre e alegre como quando começou a sua corrida. Sabemos quais são os impedimentos que podem reter o mensageiro: as muralhas divisórias, começando por aquelas que separam as várias igrejas cristãs umas das outras; a burocracia excessiva; os resíduos de cerimoniais, leis e disputas do passado, que se tornaram, enfim, apenas detritos.

Em Apocalipse, Jesus diz que ele está à porta e bate (Ap 3:20). Às vezes, como foi observado por nosso Papa Francisco, não bater para entrar, mas batendo de dentro porque ele quer sair. Sair para os "subúrbios existenciais do pecado, o sofrimento, a injustiça, ignorância e indiferença à religião, de toda forma de miséria."

Acontece como em certas construções antigas. Ao longo dos séculos, para adaptar-se às exigências do momento, houve profusão de divisórias, escadarias, salas e câmaras. Chega um momento em que se percebe que todas essas adaptações já não respondem às necessidades atuais;

¹. Prof. Titular Sênior da Feusp. Prof. Titular dos Programas de Pós Graduação em Educação e em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo. ejanlaua@usp.br.

servem, antes, de obstáculo, e temos então de ter a coragem de derrubá-las e trazer o prédio de volta à simplicidade e à linearidade das suas origens. Foi a missão que recebeu, um dia, um homem que orava diante do crucifixo de São Damião: "Vai, Francisco, e reforma a minha Igreja".
(www.vatican.va/liturgical_year/holy-week/2013/documents/holy-week_homily-fr-cantalamessa_20130329_po.html)

Não se trata só nem principalmente do excesso de pessoal – Elio Gaspari conta que certa vez perguntaram a João 23 quantas pessoas trabalhavam na Cúria, e ele disse: "A metade" – mas do ranço milenar dos bastidores do poder eclesiástico...

Em seu livro *Inside the Vatican*, o jesuíta Thomas J. Reese, que foi editor chefe da renomada revista católica *America*, recolhe uma das piadas clássicas sobre a burocracia dos dicastérios do Vaticano. A piada circula nos corredores da própria Cúria: foi achado um bebê na Congregação para a Doutrina da Fé. O (então) prefeito, Card. Ratzinger, fica escandalizado e entra em pânico, mas um monsenhor o acalma: "Fique tranquilo, Iminência, não é de ninguém daqui, porque aqui nada se resolve em nove meses". E outro monsenhor completa: "Um bebê é algo tão encantador e é fruto do amor: certamente não é coisa nossa".

Venenos à parte, o fato é que, contra a recomendação dos burocratas do Vaticano (que acharam a medida um tanto prematura), João Paulo II foi a Istambul em 2004, para pedir perdão ao Patriarca de Constantinopla pela IV Cruzada (aquela que em vez de combater os infiéis, saqueou a grande cidade cristã do Oriente) de 1204! Levou 800 anos para o reconhecimento!

Mas o que nos interessa neste artigo é a linguagem e consideraremos um caso paradigmático.

Com seus dois mil anos de existência e com experiência acumulada ao longo de séculos a Igreja Católica - ao menos em seus documentos oficiais - está muito atenta às sutilezas da linguagem... Para a Cúria Romana não é a mesma coisa trocar "seis" por "meia dúzia", afinal em certos contextos como, por exemplo, quando se diz: "- Não é por causa de *meia dúzia* de cafajestes que vamos proibir o torcedor de ir ao estádio", a formulação equivalente seria: "- Não é por causa de *três ou quatro* cafajestes que vamos...": ambas indicam uma quantidade ínfima; enquanto "seis" poderia dar a idéia de um bando composto exatamente por seis elementos.

Com mais de um bilhão de fiéis e uma imensa bagagem histórica não é de estranhar que os documentos da Igreja sejam produzidos com relativa lentidão e inúmeros trâmites do pesado sistema burocrático da Cúria Romana. Por considerarem que já haviam passado mais de 400 anos desde a publicação do último Catecismo da Igreja Católica (o do Concílio de Trento, em 1566), em 1992 foi lançado mundialmente um novo Catecismo, como preparação para uma edição definitiva, que veio à luz em 1997.

João Paulo II, na Constituição Apostólica *Fidei Depositum* conta que o novo Catecismo foi inicialmente redigido por sete Bispos, supervisionados por uma Comissão de 12 Cardeais e Bispos, recebendo, ao longo de sucessivas redações, sugestões de peritos e bispos de todo o mundo. Sobre esse texto (1992, a partir de agora abreviado como C-92), uma nova comissão, desta vez composta só por membros da Cúria Romana (também sob a presidência do então Cardeal Ratzinger), se encarregou de corrigir a versão provisória e preparar o texto definitivo de 1997 (cf. Carta Apostólica *Laetamur Magnopere* de João Paulo II), que citaremos como C-97.

O original de C-92 foi publicado originalmente em francês e o de C-97 em latim; em cada caso, as conferências episcopais aprovaram traduções para seus países

(daí que, por exemplo, as traduções brasileira e portuguesa sejam ligeiramente diferentes).

Para que a edição definitiva, C-97, estivesse correta e não se afastasse da estrita ortodoxia, a Cúria fez 99 emendas ao texto de C-92, para eliminar as formulações divergentes contidas naquela “versão beta”. Analisaremos alguns aspectos da linguagem dessas emendas.

Tomaremos, inicialmente, um par de exemplos da parte III do Catecismo (pontos 1691 a 2557), dedicada à moral. Algumas das modificações, mais ou menos sutis, foram extremamente importantes.

O ponto 2358 de C-92 trazia a formulação:

Um número considerável de homens e de mulheres apresenta tendências homossexuais inatas profundamente radicadas. Não são eles que escolhem sua condição homossexual...

Já com os cortes de C-97, o mesmo ponto ficou assim:

Um número considerável de homens e de mulheres apresenta tendências homossexuais profundamente radicadas...

O sentido da mudança e do corte (de “Não são eles que escolhem sua condição homossexual”) é explicitado por um site tradicionalista católico espanhol que protestava contra o enunciado de C-92:

Se são “inatas” e “não são eles que escolhem sua condição homossexual”, que culpa eles têm? E dizer que eles não escolhem sua condição é enfrentar a Sagrada Escritura...
(<http://radiocristiandad.wordpress.com/2008/07/23/la-novedad-en-lo-novedoso/>)

E o jornal **O Estado de São Paulo** assim intitulava uma notícia: “Homossexualidade é uma doença”, diz bispo argentino - Para Hugo Santiago, é a educação sexual nas escolas que ensina homossexualidade como algo natural.

A afirmação do bispo de que a homossexualidade é uma perversão *ensinada* não seria compatível com o enunciado de C-92. A notícia prossegue:

BUENOS AIRES - Um bispo argentino está no centro de uma polêmica por ter dito que "a homossexualidade é uma doença que pode ser tratada e curada", durante uma homilia perante milhares de fiéis católicos, informou nesta segunda-feira, 23 [23-03-09], a imprensa local. Monsenhor Hugo Santiago, membro da Opus Dei e bispo da diocese de Santo Tomé, fez essas declarações na quinta-feira, 19, em uma missa celebrada em Paso de los Libres, no noroeste da Argentina na fronteira com o Brasil. Em seu discurso, o religioso também indicou que através da educação sexual nas escolas "se pretende ensinar que é algo natural, de livre escolha."

(www.estadao.com.br/noticias/vidae,homossexualidade-e-uma-doenca-diz-bispo-argentino,343447,0.htm)

Em se tratando de moral, as propostas das religiões oscilam entre dois polos: a consciência do fiel (valorizada pelo concílio Vaticano II) e o estabelecimento de normas operacionais. Tenha-se em conta também que não cabe supor uma uniformidade católica: há diversidade entre os simples fiéis, bispos, conferências episcopais etc. nem sempre em sintonia com a Cúria Romana. Seja como for, havia, na antiga doutrina da Igreja, a salutar virtude da Prudência, glorificada por um Santo Tomás de Aquino (1225-1274) como a principalíssima entre as virtudes cardeais. Classicamente, a Prudência (hoje, na prática, ausente na pregação eclesiástica e desvirtuada semanticamente) era a virtude - portanto uma qualidade intransferível da pessoa - que levava o homem a um reto discernimento da realidade em cada caso e a tomar decisões acertadas em seu agir. O esquecimento, na pregação eclesiástica, da Prudência e a inversão de seu significado (“prudência”, hoje, não é a virtude da decisão que leva à grandeza moral, mas uma egoísta e interesseira cautela) favorecem a minuciosa codificação da moral. Em casos extremos dessa atitude surgem os fundamentalismos. Fundamentalismo é “retranca”, que não quer deixar nada ao discernimento do fiel, sempre considerado imaturo, e pretende garantir a salvação por meio de mil regrinhas, que regulam o comportamento em seus mínimos detalhes. Nessa linha, o regime Talibã chegou a criar um “Ministério do Vício e da Virtude”, que legislava até sobre a posição dos vasos sanitários (que não podiam estar alinhados com Meca) e elaborava listas sobre o que as torcidas podiam gritar nos estádios de futebol... (para não falar dos trajes femininos etc.).

Voltando ao Catecismo, nas edições espanholas, algumas mudanças de C-92 para C-97 aparecem ainda mais acentuadas.

Como no caso do ponto 2352, no qual C-92 indicava a necessidade de se levar em conta na avaliação moral da masturbação diversos fatores psíquicos ou sociais “*que reducen, e incluso anulan la culpabilidad moral*”; formulação que, em C-97, foi substituída por: “*que pueden atenuar o tal vez reducir al mínimo la culpabilidad moral*”.

Na substituição de “reduzem” por “podem atenuar”, a introdução do “podem” é de efeito psicológico, pois, uma vez que são subjetivos os fatores atenuantes (“imaturidade afetiva, força dos hábitos contraídos, o estado de angústia ou outros fatores psíquicos ou sociais”), sua função parece ser só a de manter a sensação de culpa (o fiel não pode excluir a culpa, auto-avaliando fatores subjetivos). Como também a substituição de “anulam a culpabilidade moral” por “talvez reduzir ao mínimo a culpabilidade moral”. Afinal, a própria existência do sacramento da confissão, em diálogo vivo entre penitente e confessor, pressupõe que a culpabilidade moral não é medida discretamente por pontos na carteira como nas infrações de trânsito, que vão desde as gravíssimas (7 pontos), passando pelas grave e média, até a leve, punida com os *mínimos* 3 pontos. A culpa moral, bem como seus atenuantes ou *excludentes*, pertencem ao delicado âmbito da consciência e não podem ser observadas com a operacionalidade de um radar que fotografa uma invasão de faixa de pedestres ou a de um bafômetro que indica a presença de álcool no sangue em índices superiores a 0,05 mg/litro.

Como fica o problema pastoral da absolvição? De 1992 a 1997, havia fatores psíquicos ou sociais que podiam anular a culpa da masturbação; desde 1997 já não: o fiel deve, então, confessar seus não pecados, da época, que passaram a ser pecados?

Na parte referente à Doutrina da Fé, uma sutil correção é a que se deu no ponto 336, que, falando dos anjos, diz em C-97: “Desde *o seu começo* até à morte, a vida humana é acompanhada pela sua assistência [dos anjos]”, corrigindo assim o texto de C-92: “Desde a *infância* até à morte, a vida humana é acompanhada pela sua assistência”. De fato, a troca de “infância” por “começo”, em C-97, ajusta-se melhor à

doutrina do mesmo Catecismo, que diz: “2270. A vida humana deve ser respeitada e protegida, de modo absoluto, a partir do momento da concepção...”; ou: “2274. Uma vez que deve ser tratado como pessoa desde a concepção, o embrião terá de ser defendido na sua integridade...”.

Outra correção interessante apoia-se na não equivalência entre “libertada” e “preservada”; esta mais restrita e inequívoca (Maria nunca esteve em pecado...):

2853 [Maria], por obra do Espírito Santo, é libertada do pecado... (C-92)

2853 [Maria], por obra do Espírito Santo, é preservada do pecado... (C-97)

Mais uma sugestiva mudança: a introduzida no ponto 2483, também dirigida a evitar abusos por parte dos fiéis.

C-92: “Mentir é falar ou agir contra a verdade para induzir em erro aquele que tem o direito de conhecê-la”.

C-97 simplesmente suprimiu a expressão “aquele que tem o direito de conhecê-la”. Farisaísmos à parte, é óbvio que o cidadão não está obrigado a falar a verdade, toda a verdade, nada mais do que a verdade, digamos, a um ladrão que invade sua casa, encosta um revólver calibre 38 em sua testa e pergunta se ele tem dólares escondidos ou filhas na casa... Aliás, a própria Igreja não censuraria como mentira as reservas mentais que levariam a responder: “Não!” (enquanto pensa: “não tenho dólares ‘escondidos’: eu sei muito bem onde estão ‘guardados’ meus U\$50.000”). Ou aquele caso, que parece piada, mas aconteceu realmente: toca o telefone, a mulher atende “Boa noite, Fulano”; o marido (Fulano é um importuno) sussurra e gesticula “Diga que eu não estou!” e ante os escrúpulos cristãos da esposa que se recusa a “mentir”, ele abre a porta do apartamento, sai dois passos e sussurra novamente “Agora você já pode dizer que eu não estou!”.

Encerramos aqui nossa amostra da linguagem do Catecismo. Seu mentor, em uma entrevista de 2003, expressa o sentido que vê em afirmar, por esse meio, sua proposta de catequese.

PERGUNTA: No entanto, como afirmou o cardeal de Viena, Christoph Schönborn, a própria idéia de Catecismo é contestada muito freqüentemente, “pelo menos nos países germanófonos e sobretudo no ambiente oficial da catequese”...

RATZINGER: É verdade, há certa aversão a qualquer tentativa de “cristalizar” em palavras uma doutrina, em nome da flexibilidade. E há um certo antidogmatismo vivo em muitos corações. O movimento catequético pós-conciliar, sobretudo, acentuou o aspecto antropológico da questão e acreditou que um catecismo, sendo demasiado doutrinal, seria um impedimento ao necessário diálogo com o homem de hoje. Nós estamos convencidos do contrário. Para dialogar bem, é necessário saber do que devemos falar. É necessário conhecer a substância da nossa fé. Por isso, hoje um catecismo é mais necessário do que nunca. (<http://www.30giorni.it/br/articolo.asp?id=747>)

Nota sobre o caso do Pe. Marcial Maciel

Recolho da dissertação de mestrado, na Feusp, de Marcio Fernandes da Silva, <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-24092009-164337/pt-br.php>, “Educar para a submissão: o caso Opus Dei” mais um caso ilustrativo do funcionamento da Cúria Romana; desta vez, o modo de lidar com movimentos amigos, como é o caso dos Legionários de Cristo.

O caso – o processo contra *El Padre*, o Pe. Marcial Maciel, fundador dos Legionários – é conhecido, mas seguiremos a análise do insuspeito John Allen².

Em 19 de maio de 2006, com as atenções da mídia todas voltadas para as reações da Igreja à estréia mundial (no dia seguinte, dia 20) do filme *O Código da Vinci*, Bento XVI divulga sanções da Congregação para a Doutrina da Fé contra “El Padre”, o Pe. Marcial Maciel, fundador dos Legionários de Cristo, acusado de haver abusado sexualmente de dezenas de seminaristas de sua congregação: o religioso fica proibido de celebrar missa publicamente, de dar conferências, entrevistas ou qualquer outra atividade pública e é convidado a retirar-se a uma vida de penitência. Mesmo um John Allen tem que reconhecer que tal ato “é visto como uma confirmação da veracidade das acusações contra Maciel”... Um cardeal da Congregação para a Doutrina da Fé declarou que, a seu ver, resta pouca dúvida quanto à validade das acusações, embora a Santa Sé declarasse que, em atenção à avançada idade do Pe. Maciel, não iria levar adiante o processo³, simplesmente impondo-lhe aquelas restrições.

Nove vítimas do Pe. Maciel decidiram romper o silêncio quando, numa viagem de João Paulo II, em 1993, este referiu-se ao Pe. Maciel como um “eficaz guia para os jovens”. João Paulo II, convencido de que as acusações se deviam somente à ortodoxia de Maciel e à sua lealdade ao Papa, recomendou ao Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, o então Cardeal Ratzinger, que não levasse adiante o processo.

Temendo pela repercussão negativa do engavetamento do processo, o Cardeal Ratzinger reabre-o em 2004 (já próximo do final do Pontificado de João Paulo II e da eleição de um novo Papa), para, uma vez eleito Papa, dar essa “solução” em 2006.

Trata-se de um caso estarrecedor: abusar de dezenas de garotos, de 10 a 16 anos, sob o pretexto – ainda citando John Allen – de que dispunha de uma especial dispensa do Papa para “brincar” com eles, pois assim aliviaria suas terríveis dores de estômago...

Como se viria a saber nos anos seguintes, isto era só o começo dos escândalos em torno da santa figura de “El Padre”...

Recebido para publicação em 03-04-13; aceito em 07-05-13

² “Vatican restricts ministry of Legionaries priest founder. Move seen as confirmation of sex abuse allegations against Maciel”, em <http://nationalcatholicreporter.org/update/bn051806.htm>, acessado em 19/01/2009.

³ Em http://nationalcatholicreporter.org/update/maciel_communique.pdf, acessado em 19/01/2009.